

PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 8.889, DE 2017

Apensados: PL nº 9.700, de 2018; PL nº 483, de 2022; e PL nº 1.403, de 2022

Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Autor: Deputado PAULO TEIXEIRA

Relator: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, de autoria do nobre Deputado Paulo Teixeira, dispõe sobre o provimento de conteúdo audiovisual por demanda – CAvD, definido pelo projeto como a *“atividade destinada à oferta de conteúdo audiovisual para aquisição avulsa, destinado à preservação pelo destinatário (“download”) ou ao direito de acesso ao mesmo (“streaming”), mediante o uso de recursos de telecomunicações que lhe sirvam de suporte, a seu pedido e em momento por ele determinado”*.

A proposição atribui à Agência Nacional do Cinema – Ancine – a competência pela regulação e fiscalização do provimento de CAvD, bem como pelo credenciamento das suas prestadoras. Determina ainda que o catálogo de obras ofertadas pelas provedoras de CAvD deverá incluir títulos produzidos por produtora brasileira em percentual mínimo definido pela Ancine, metade dos quais produzidos por produtora brasileira independente. A iniciativa também estabelece que os mecanismos de catalogação e seleção utilizados



pelas provedoras deverão assegurar destaque aos conteúdos de produtoras brasileiras em relação ao restante das obras do catálogo.

Em adição, o projeto obriga as provedoras de CAVD a contribuir para a Condecine, mediante o pagamento de até 4% da sua receita bruta anual oriunda das vendas e serviços realizados no País. Esse montante poderá ser abatido em até 30% com a aquisição de direitos ou a realização de projetos de produção ou coprodução de obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras de produção independente.

Foram apensados à proposição principal:

Projeto de Lei nº 9.700, de 2018, de autoria das Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto, que atribui à Ancine a responsabilidade pela regulamentação da repetição dos conteúdos veiculados nos serviços de TV por assinatura;

Projeto de Lei nº 483, de 2022, do Deputado David Miranda, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, obrigando as plataformas de serviços de vídeo sob demanda prestados por empresas estrangeiras ao pagamento da contribuição para a Condecine do valor correspondente a 20% da sua receita anual, admitindo-se o abatimento até o limite desse montante em caso de investimento na produção de obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras;

Projeto de Lei 1.403, de 2022, do Deputado Denis Bezerra, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, obrigando as prestadoras de vídeo sob demanda que possuírem 1 milhão ou mais de assinantes a investir anualmente o mínimo de 10% do seu faturamento na contratação e licenciamento de conteúdos audiovisuais brasileiros, metade dos quais produzidos por produtora brasileira independente.

A matéria foi remetida originalmente para o exame pelas Comissões de Cultura, de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Finanças e Tributação (mérito e adequação financeira e orçamentária) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento). Em 15 de dezembro de 2021, o despacho inicial do projeto foi revisto com a inclusão da



Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços no exame da matéria e a consequente criação de Comissão Especial.

Na Comissão de Cultura, o projeto foi aprovado na forma de Substitutivo de autoria da eminente Deputada Benedita da Silva. O texto aprovado incorpora o serviço de provimento de CAVD ao rol de atividades reguladas pela Lei nº 12.485/2011 - Lei do Serviço de Acesso Condicionado (TV por assinatura). O Substitutivo da CCULT também estabelece que a distribuidora de conteúdos audiovisuais em catálogo deverá investir anualmente, na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de filmes e congêneres brasileiros, o equivalente a pelo menos 10% do seu faturamento bruto, incluindo os recursos recebidos a título de publicidade, metade dos quais em produções independentes, 30% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 10% em conteúdos identitários, assim entendidos como aqueles que abordem temas vinculados à garantia de direitos de mulheres, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, ou grupos em situação de vulnerabilidade social.

Em 16 de agosto de 2023, foi aprovado requerimento de urgência para votação do projeto, nos termos do art. 155 do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

II.1. Adequação orçamentário-financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA). Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras



normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O PL 8.889/2017 e o apensado PL 483/2022 promovem impacto positivo sobre a receita da União, em vista da imposição do pagamento de nova modalidade da Condecine sobre segmento hoje não tributado sob a ótica do faturamento.

Por outro lado, os apensados PL 9.700/2018 e PL 1.403/2022 contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses termos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Na consolidação da matéria, apenas um ajuste se faz necessário para adequar a cobrança da contribuição às normas orçamentárias e financeiras, relativo à fixação do prazo de cinco anos para vigência da vinculação a despesas específicas, nos termos do caput do art. 141 da Lei 14.436, de 2022 (LDO 2023).

Em face do exposto, voto pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, e do apensado Projeto de Lei nº 483, de 2022, e pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária dos apensados Projeto de Lei nº 9.700, de 2018, e Projeto de Lei



nº 1.403, de 2022, adotada emenda saneadora incorporada ao Substitutivo proposto em anexo.

II.2. Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, e seus apensos, PLs nºs 9.700, de 2018, PL nº 483, de 2022, e PL nº 1.403, de 2022.

As proposições atendem aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 23, inciso V, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas com as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, os projetos revelam-se adequados. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, as proposições se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

II.3. Mérito

A popularização do acesso à internet, aliada à crescente ampliação da capacidade de tráfego das redes de telecomunicações, potencializou o desenvolvimento de novos modelos de negócios no mercado de distribuição de audiovisual. Nesse contexto, merecem destaque os serviços de *streaming*, que são aqueles utilizados para distribuir filmes e séries pela internet, sem necessidade de aquisição ou de armazenamento no terminal do usuário.

No novo cenário que se apresenta, os provedores desses serviços vêm conquistando parcela significativa do segmento do audiovisual,



avanzando inclusive sobre espaços ocupados tradicionalmente pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens e pelas operadoras de TV por assinatura convencionais. Esse fenômeno de escala global é objeto de grande atenção por parte desta Casa, não somente pelos aspectos culturais e sociais que encerram, mas também pelo enorme volume de recursos que movimenta: em 2017, as receitas conjuntas das emissoras de TV aberta, canais de televisão por assinatura e operadoras OTT (*“over the top”*) alcançaram o patamar de R\$ 37,9 bilhões no Brasil.

A proposição em exame insere-se neste contexto, ao propor o disciplinamento de diversos aspectos relacionados à atividade de distribuição de conteúdos pela internet, mais especificamente a oferta de obras audiovisuais disponibilizadas na forma de catálogos, modalidade de serviço conhecida como “vídeo sob demanda” (VoD¹), ou conteúdos não lineares.

No que tange à análise do tema, julgamos pertinente registrar que a Comissão de Cultura, ao pronunciar-se sobre a matéria previamente à criação da Comissão Especial destinada a apreciar o projeto, optou pela inclusão do serviço de vídeo sob demanda no escopo das atividades reguladas pela Lei nº 12.485/11 – a Lei do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, ou seja, os serviços de TV por assinatura tradicionais.

Não obstante as meritórias razões alegadas pela nobre Relatora do projeto naquela Comissão, entendemos oportuno apresentar novo Substitutivo, restringindo o escopo da proposta apenas aos serviços de vídeo sob demanda, deixando, portanto, a TV por assinatura com suas regras inalteradas. Essa sistemática, ao mesmo tempo em que resgata os fundamentos que inspiraram a apresentação do Projeto de Lei nº 8.889/17, reduz a complexidade técnica da iniciativa e desonera as plataformas de VoD do pagamento de ICMS, FUST, Funttel, CFRP, Fistel e Condecine-Teles.

Dessa forma, o novo Substitutivo preserva os princípios gerais de regulação das plataformas de VoD estabelecidos pelo texto aprovado pela CCULT, porém sem enquadrá-las no rol de entes regulados pela Lei nº

¹ “*Video on Demand*”.



12.485/11. Dentre os avanços introduzidos pela Comissão de Cultura e os aperfeiçoamentos incorporados por este Relator, assinalamos os seguintes:

- Determinação para que as plataformas de VoD contribuam para a Condecine com base no seu faturamento (“Condecine-Faturamento”, ou “Condecine-VoD”), de acordo com tabela progressiva com alíquota máxima de 6% sobre a receita bruta. Há, porém, possibilidade de dedução de até metade desse percentual em caso de aplicação, pela empresa, de valor equivalente à dedução na produção e na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos brasileiros, na formação e capacitação de mão de obra voltada para a cadeia produtiva do audiovisual no Brasil e na implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais no Brasil. Do valor correspondente à dedução, metade deverá ser aplicado em investimentos na produção ou licenciamento de conteúdos brasileiros independentes;
- Determinação para que os recursos da Condecine-Faturamento sejam destinados para a produção de conteúdos brasileiros independentes; a preservação e restauração de acervos e conteúdos audiovisuais brasileiros; a difusão audiovisual, inclusive para fins sociais e educativos, com vistas ao estímulo da universalização do acesso às obras audiovisuais brasileiras; a formação e capacitação de mão de obra para a cadeia produtiva do audiovisual; a implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais no Brasil e de salas de exibição; a proteção de direitos autorais de obras audiovisuais; e o fomento ao desenvolvimento das programadoras dos canais de que trata o § 4º do art. 17 da Lei do Serviço de Acesso Condicionado, dos provedores de vídeo sob demanda de pequeno porte e dos provedores de vídeo sob demanda



independentes. Desses recursos, pelo menos 30% deverão ser destinados a produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em projetos de formação e capacitação de mão de obra voltada para a cadeia produtiva do audiovisual e de implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais nessas regiões. Além disso, no mínimo, 10% deverão ser destinados à produção de conteúdos audiovisuais produzidos por produtoras vocacionadas e cujas equipes criativas sejam majoritariamente formadas por pessoas pertencentes a grupos incentivados². A intenção é que a aplicação dos recursos em projetos incentivados e outras atividades de promoção possa fomentar o desenvolvimento da indústria nacional como um todo e de polos do audiovisual nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo, assim, para preservar as culturas locais e reduzir as desigualdades regionais no País.

- Determinação para que um percentual mínimo pré-determinado de horas do catálogo seja integrado por conteúdos brasileiros, 50% dos quais independentes. Trata-se da chamada “cota de catálogo”, que consiste em garantir janelas para a exibição de conteúdos nacionais e independentes nas plataformas de vídeo sob demanda. O percentual mínimo de cota iniciar-se-á em 2%, com incremento anual de 2%, até atingir o patamar de 10%;
- Instituição de obrigações de proeminência de conteúdos brasileiros, por meio da determinação de que os mecanismos de catalogação utilizados pelas plataformas de VoD disponham de recursos que assegurem às obras nacionais visibilidade destacada nas interfaces dos catálogos ofertados aos usuários;

2 Segundo o Substitutivo, Grupos Incentivados são formados por mulheres; negros, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, conforme autodeclaração; pessoas com deficiência; e grupos em situação de vulnerabilidade social com reduzido acesso a serviços e meios de criação, formação, produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento e proteção de seus direitos sociais e culturais. Por sua vez, Produtora Vocacionada é a Produtora Brasileira em que a titularidade, direta ou indireta, de pelo menos 51% do capital total e votante seja de pessoas pertencentes a Grupos Incentivados.



- Exclusão do rol de atividades alcançadas pela norma proposta dos serviços de VoD que forem prestados por provedores de pequeno porte, órgãos e entidades da Administração Pública, bem como dos serviços de *Catch-Up TV*³ e de transmissão pela internet de eventos ao vivo, entre outros. Para as plataformas de VoD baseadas em publicidade e cuja disponibilização de conteúdos pelos usuários seja livre, aplica-se a determinação de contribuição para a Condecine-Faturamento, mas não as obrigações de proeminência de obras nacionais e de cota de conteúdos brasileiros em catálogos.
- A atribuição de competência à Ancine para fiscalizar as obrigações aplicáveis às plataformas de VoD;

No que tange à expectativa de arrecadação para a União com a contribuição para a Condecine introduzida pelo Substitutivo, considerando que as três maiores distribuidoras de conteúdos em catálogo em operação no País – Netflix, Globoplay e Prime Vídeo – faturam anualmente a soma estimada agregada de R\$ 14 bilhões⁴, a aprovação do texto proposto resultará, somente com essas três plataformas, em um recolhimento de R\$ 840 milhões a título da nova fonte tributária. A esse montante se somarão os valores da Condecine que serão arrecadados junto a plataformas em que os próprios usuários produzem os conteúdos (*“user-generated content”*), que também foram incorporadas ao escopo do Substitutivo, embora com restrições, como já abordado.

Registre-se, por oportuno, que o Substitutivo adotou como um dos seus princípios a proteção do patrimônio das obras brasileiras, na sua diversidade, reconhecida como fundamental para a preservação da cultura

3 O catch-up TV é uma modalidade de serviços de disponibilização, por um período de tempo predeterminado, de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo que tenham sido veiculados anteriormente em TV aberta ou fechada. Normalmente essa modalidade é ofertada pelas operadoras de TV paga como forma de agregar valor a seus serviços e fidelizar seus clientes. A intenção da exclusão do catch-up TV do escopo do projeto é que as obras audiovisuais já exibidas em canais de TV aberta ou fechada possam ser mantidas em catálogo livres das obrigações regulatórias e tributárias estabelecidas pelo Substitutivo por um período de 100 dias.

4 “Netflix, Globoplay e Prime Vídeo faturam R\$ 14 bilhões por ano e já superam TV aberta”. Disponível em <https://natelinha.uol.com.br/mercado/2021/06/18/netflix-globoplay-e-prime-video-faturam-r-14-bilhoes-por-ano-e-ja-superam-tv-aberta-165566.php>, acessado em 22/09/21.



nacional e que, por esse motivo, tem sido objeto permanente da política pública brasileira para o setor do audiovisual. Parte-se, portanto, do pressuposto de que é essencial garantir que esse patrimônio não fique limitado aos grandes grupos nacionais, daí o caráter independente proposto em alguns dos dispositivos previstos no Substitutivo que visam assegurar maior diversidade e desconcentração no mercado de produção de audiovisual.

Ainda no que concerne às obrigações aplicáveis às plataformas de VoD, cabe observar que o modelo proposto pelo Substitutivo elaborado por este Relator foi inspirado na Diretiva 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho⁵. Essa Diretiva instituiu diretrizes a serem observadas pelos *“fornecedores de serviços de comunicação social audiovisual a pedido”* que atuam na comunidade, com o objetivo de fomentar a produção e distribuição de obras europeias. Nesse sentido, estabelece disposições que visam assegurar que os catálogos oferecidos contenham uma cota mínima de conteúdos europeus. Determina ainda que, para tais obras, seja conferida *“suficiente proeminência”*, mediante instrumentos que facilitem seu acesso pelos usuários.

Além disso, em relação ao financiamento da produção local, a Diretiva determina que, para *“garantir níveis adequados de investimento em obras europeias, os Estados-Membros deverão poder impor obrigações financeiras aos fornecedores de serviços de comunicação social estabelecidos no seu território. Estas obrigações podem assumir a forma de contribuições diretas para a produção e aquisição de direitos de obras europeias. Os Estados-Membros poderão também impor taxas, destinadas a um fundo, com base nas receitas geradas pelos serviços de comunicação social audiovisual prestados no seu território ou a ele dirigidos”*.

Em alinhamento a essas diretrizes, muitos países europeus já adaptaram suas legislações para adequá-las à nova Diretiva, conforme ilustrado na Tabela 2 a seguir. Conclui-se, portanto, que o modelo proposto no Substitutivo está sintonizado com algumas das mais modernas tendências internacionais de regulação do mercado de VoD, ao propor a instituição de dispositivos que contribuirão não somente para a promoção a cultura nacional,

5 A Diretiva está disponível na íntegra em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L1808&from=pt>, acessada em 27/09/21.



mas também para a geração de empregos de elevada qualificação no segmento do audiovisual.



Tabela 2⁶ - Regulação de vídeo sob demanda na Europa⁷

	Imposto específico, revertido para fundo setorial	Investimento direto	Cotas de conteúdo nacional	Proeminência de conteúdo nacional
Áustria				
Bélgica				
Bulgária				
República Tcheca				
Alemanha				
Espanha				
França				
Hungria				
Itália				
Lituânia				
Polônia				
Portugal				
Eslováquia				

Além de alinhadas à experiência europeia, as medidas propostas pelo Substitutivo também encontram respaldo nas recentes políticas de incentivos adotadas pelo País na área de cultura, cujos resultados se refletiram no expressivo fortalecimento da indústria brasileira do audiovisual. A

6 “Panorama do VoD no Brasil. Perspectivas do VoD no Brasil e no mundo.” (ANCINE, 2018). Informações referentes a janeiro de 2018. Disponível em <https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/VoD%20Luana%20Estrutura%20de%20Mercado%20-%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20SP.pdf>, acessado em 24/09/21, com informações extraídas de “VOD, platforms and OTT: which promotion obligations for European Works” (European Audiovisual Observatory, 2016), disponível em <https://rm.coe.int/1680783489>.

7 Notas: 1) Os demais países que aderiram à Diretiva Europeia não regulamentaram ainda a legislação de VoD em nenhum desses aspectos;
2) Na Itália, os provedores digitais pagam uma taxa anual para operar no mercado;
3) Na Itália e na República Tcheca, o provedor pode escolher entre cumprir a obrigação de investimento ou a obrigação de cota.



título de ilustração, entre 2010 – ano que antecedeu a aprovação da Lei do SeAC – e 2016, a produção anual de filmes brasileiros subiu de 74 para 142, o que representa um aumento de 92% no período de 6 anos⁸.

Além disso, os instrumentos de incentivo estabelecidos pela Lei nº 12.485/11 foram importantes sobretudo em razão do seu papel como elemento indutor do crescimento desse mercado no Brasil, que passou a evoluir a partir da consolidação da política introduzida por essa lei. Para exemplificar essa situação, é possível mencionar a obrigação da veiculação de conteúdos brasileiros nos chamados “canais de espaço qualificado” das operadoras de TV paga: em 2016, apesar de a legislação exigir a exibição de apenas 2,08% de obras brasileiras nesses canais, em média, o percentual veiculado foi de 6,60% – muito superior, portanto, ao exigido em lei – e 4% independente.

Nesse contexto, cabe salientar que, em 2017, as produções brasileiras perfizeram 17,7% das horas de programação dos canais de TV paga⁹. Por outro lado, em 2019, o percentual de obras nacionais disponíveis nas bibliotecas das 7 maiores plataformas de streaming em operação no País era de apenas 6,3%¹⁰. Esses números demonstram que a prática de inserção de conteúdos nacionais nos catálogos de VoD ainda não se encontra plenamente consolidada no mercado brasileiro, ao contrário do que já ocorre para o SeAC, justificando-se, assim, a adoção de ações de estímulo à indústria local especificamente voltadas para o segmento de VoD. Esses números reforçam o entendimento da conveniência e oportunidade do estabelecimento de um marco regulatório para o setor de vídeo sob demanda, nos moldes propostos por este Relator.

Ante o exposto, o Substitutivo ora apresentado incorpora, no mérito, os ditames insculpidos no Projeto de Lei nº 8.889, de 2017.

8 Panorama do VoD no Brasil. Perspectivas do VoD no Brasil e no mundo.” (Ancine, 2018). Disponível em <https://antigo.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/VoD%20Luana%20Estrutura%20de%20Mercado%20-%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20SP.pdf>, acessado em 24/09/21.

9 “Alterações nos mercados de audiovisual global e brasileiro.” (Katz, 2019). Disponível em <http://www.teleadvs.com/wp-content/uploads/PTBR-Changes-in-the-Global-and-Brazilian-Audiovisual-Market-Raul-Katz.pdf>, acessado em 27/09/21.

10 Para as séries, esse índice é substancialmente maior: 23%.



Por sua vez, o Projeto de Lei nº 9.700/18, apensado ao principal, dispõe sobre repetições de conteúdos nos canais de TV por assinatura regulados pela Lei nº 12.485/11. Trata-se de matéria meritória, o que nos leva a propor sua aprovação, na forma do Substitutivo proposto, ainda que de forma parcial, haja vista que o texto oferecido não alcança os conteúdos normativos estabelecidos pela Lei do SeAC.

Em complemento, o Projeto de Lei nº 483, de 2022, também apensado, obriga as plataformas de serviços de vídeo sob demanda prestados por empresas estrangeiras ao pagamento da Condecine do valor correspondente a 20% da sua receita anual, admitindo-se o abatimento até o limite desse montante em caso de investimento na produção de obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras. Trata-se também de proposta parcialmente incorporada ao texto elaborado por este Relator.

Por fim, o Projeto de Lei nº 1.403, de 2022, obriga as prestadoras de vídeo sob demanda que possuem 1 milhão ou mais de assinantes a investir anualmente o mínimo de 10% do seu faturamento na contratação e licenciamento de conteúdos audiovisuais brasileiros, metade dos quais produzidos por produtora brasileira independente. Trata-se, novamente, de medida acolhida de forma parcial por este Relator.

II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial somos pela:

(i) não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária dos Projetos de Lei nº 9.700, de 2018, e nº 1.403, de 2022, e pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira dos Projetos de Lei nº 8.889, de 2017, e nº 483, de 2022, na forma do SUBSTITUTIVO em anexo.

(ii) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 8.899, de 2017, e dos apensos de nºs 9.700, de 2018; 483, de 2022; e 1.403, de 2022, e, no mérito, pela aprovação dessas mesmas proposições, na forma do SUBSTITUTIVO ora proposto.



Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator

Apresentação: 18/11/2023 18:39:59.740 - PLEN
PRLP 1 => PL 8889/2017

PRLP n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236887344400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



* C D 2 3 6 8 8 7 3 4 4 4 0 0 *

PLENÁRIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.889, DE 2017

Apensados: PL nº 9.700, de 2018; PL nº 483, de 2022; e PL nº 1.403, de 2022

Dispõe sobre a Comunicação
Audiovisual de Acesso por Demanda.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DO ESCOPO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os serviços de vídeo sob demanda.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se a todos os agentes econômicos que prestem Serviços de Vídeo sob Demanda, quando ofertados a usuários baseados no Brasil, independentemente da localização da sua sede ou da infraestrutura utilizada para a prestação do serviço, observado o disposto no art. 3º.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Aplicações de Internet: conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet, nos termos da definição estabelecida na Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014;

II – Catálogo: arranjo de conteúdos audiovisuais, resultante ou não da escolha e curadoria do provedor do serviço de vídeo sob demanda, organizados para a finalidade de acesso avulso, para acesso a qualquer momento pelos usuários, incluindo-se os conteúdos produzidos por usuários;

III – Coligada: pessoa natural ou jurídica que detiver, direta ou indiretamente, pelo menos 20% (vinte por cento) de participação no capital votante de outra pessoa ou se o capital votante de ambas for detido, direta ou



indiretamente, em pelo menos 20% (vinte por cento) por uma mesma pessoa natural ou jurídica, nos termos da regulamentação;

IV – Conteúdo Audiovisual: resultado da atividade de Produção que consiste na fixação de imagens, acompanhadas ou não de som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

V – Conteúdo Brasileiro: conteúdo audiovisual que constitua espaço qualificado produzido em conformidade com os critérios estabelecidos no inciso V do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;

VI – Conteúdo Brasileiro Independente: Conteúdo Brasileiro cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

a) não ser controladora, controlada ou coligada a Agente Relevante;

b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem Agentes Relevantes;

c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;

VII – Conteúdo Jornalístico: telejornais, debates, entrevistas, reportagens e outros conteúdos que visem a noticiar ou a comentar eventos;

VIII – Disponibilização de Catálogo: oferta para usuários de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo, de forma onerosa ou não, com ou em cessão definitiva, mediante aplicação de internet ou outro meio digital, utilizando como suporte qualquer serviço de telecomunicações, com o qual não se confunde;



IX – Espaço Qualificado: espaço total do catálogo, excluindo-se conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televendas, infomerciais, jogos eletrônicos, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador;

X - Grupos Incentivados: mulheres; negros, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, conforme autodeclaração; pessoas com deficiência; e grupos em situação de vulnerabilidade social com reduzido acesso a serviços e meios de criação, formação, produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento e proteção de seus direitos sociais e culturais;

XI – Produção: atividade de elaboração, composição, constituição ou criação de conteúdos audiovisuais em qualquer meio de suporte;

XII – Produtora Brasileira: empresa que produza conteúdo audiovisual que atenda às seguintes condições, cumulativamente:

- a) ser constituída sob as leis brasileiras;
- b) ter sede e administração no País;
- c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;
- d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XIII – Produtora Vocacionada: Produtora Brasileira em que a titularidade, direta ou indireta, de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital total e votante seja de pessoas pertencentes a Grupos Incentivados.

XIV – Provedor de Vídeo sob Demanda: prestadora do Serviço de Vídeo sob Demanda, responsável pela execução da atividade de Disponibilização de Catálogo, cabendo a ele inclusive a responsabilidade final



pelas atividades complementares de comercialização, atendimento ao usuário, faturamento e cobrança, entre outras atividades;

XV – Provedor de Vídeo sob Demanda de Pequeno Porte: Provedor de Vídeo sob Demanda cujo número de usuários, registrados ou não, baseados no País seja inferior a 100.000 (cem mil) e que atenda às seguintes condições, cumulativamente:

- a) ser constituídos sob as leis brasileiras;
- b) ter sede e administração no País;
- c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XVI – Provedor de Vídeo sob Demanda Remunerado por Publicidade: Provedor de Vídeo sob Demanda que, simultaneamente:

- a) seja dedicado prioritariamente ao provimento de conteúdo audiovisual, inclusive quando produzido por usuários; e
- b) seja remunerado por meio de publicidade, inclusive se decorrente de faturamento em filial, sucursal, controlada, controladora ou coligada, domiciliada ou não no exterior, no caso de a publicidade ser direcionada ao público brasileiro, obrigando-se o provedor a declarar o seu faturamento, assegurado o sigilo fiscal;

XVII – Serviço de Vídeo sob Demanda: serviço de disponibilização a usuários, por qualquer meio, de forma onerosa ou gratuita, de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo, com ou sem a necessidade de intermediação de prestadora de serviço de telecomunicações;

XVIII – Usuário: pessoa física ou jurídica que acessa Serviço de Vídeo sob Demanda.

XIX – Agente Relevante:

- a) concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens;



b) programadora ou empacotadoras da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

c) prestadora do Serviço de Acesso Condicionado ou outro serviço de telecomunicações de interesse coletivo; e

d) Provedor de Vídeo sob Demanda ou outra aplicação de internet cujo número de usuários baseados no Brasil seja superior a 1.000.000 (um milhão);

XX - Provedor de Vídeo sob Demanda Pleno: Provedor de Vídeo sob Demanda cujo catálogo de conteúdos audiovisuais que constituam espaço qualificado seja composto de pelo menos 50% (cinquenta por cento) de horas de Conteúdos Brasileiros produzidos nos 10 (dez) anos anteriores;

XXI - Provedor de Vídeo sob Demanda Independente: Provedores de Vídeo sob Demanda Pleno que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

a) não ser controlador, controlado ou coligado a Agente Relevante;

b) não estar vinculado a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem Agentes Relevantes.

Parágrafo único. O Serviço de Vídeo sob Demanda é considerado serviço de valor adicionado, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, não se confundindo com os serviços de distribuição de que trata o inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, ou com outros serviços de telecomunicações.

Art. 3º Excluem-se do campo de aplicação desta Lei:

I – os serviços de disponibilização, por meio da internet, de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo:

a) sem fins lucrativos;



b) que sejam prestados por Provedores de Vídeo sob Demanda de Pequeno Porte;

c) que sejam prestados por órgãos e entidades sob a responsabilidade dos Poderes Públicos constituídos da República Federativa do Brasil;

d) composto majoritariamente por conteúdos com finalidade estritamente educacional;

II – os serviços que ofertem conteúdos audiovisuais de forma incidental ou acessória à disponibilização de conteúdos textuais ou sonoros, desde que a disponibilização de conteúdos audiovisuais não represente a oferta principal do serviço;

III – serviços de disponibilização, por período de até 100 (cem) dias, de conteúdo audiovisual formatado em catálogo, desde que já veiculado anteriormente, sem alterações, em serviço de radiodifusão de sons e imagens ou em canal de programação distribuído por meio do Serviço de Acesso Condicionado de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

IV – os serviços destinados à disponibilização, por meio da internet, de conteúdos audiovisuais que retratem eventos de qualquer natureza ao vivo, inclusive eventos esportivos e programas destinados à divulgação de conteúdos jornalísticos;

V – os jogos eletrônicos.

§ 1º O disposto nos artigos 7º e 8º não se aplica aos Serviços de Vídeo sob Demanda Remunerados por Publicidade que, concomitantemente:

a) sejam dedicados à oferta de conteúdo audiovisual de acesso livre e gratuito pelo público em geral, inclusive em redes sociais e outras aplicações de internet; e

b) cuja seleção dos conteúdos disponibilizados ao usuário não seja realizada pelo provedor;



§ 2º Para efeito do disposto nesta lei, em especial do pagamento da contribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 32 e no inciso IV do caput do art.33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, os serviços destinados à disponibilização, por meio da internet, de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados equiparam-se aos serviços de vídeo sob demanda, exceto para efeito do cumprimento do disposto nos artigos 7º e 8º.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DO SEGMENTO DE VÍDEO SOB DEMANDA

Art. 4º As atividades de Produção e de Disponibilização de Catálogos serão guiadas pelos seguintes princípios:

- I – liberdade de expressão e de acesso à informação;
- II – promoção da diversidade cultural e das fontes de informação e produção;
- III – promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira;
- IV – estímulo à produção independente e regional;
- V – estímulo ao desenvolvimento social e econômico do País;
- VI – liberdade de iniciativa, mínima intervenção da administração pública e defesa da concorrência por meio da livre, justa e ampla competição e da vedação ao monopólio e oligopólio.
- VII – reconhecimento da igual dignidade e do respeito por todas as culturas;
- VIII – defesa da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais para o desenvolvimento nacional;
- IX – abertura a outras culturas do mundo, para promoção do diálogo intercultural, mantendo-se o respeito às expressões culturais locais, regionais e nacionais;



X – criação e fortalecimento de expressões culturais por meio da cooperação e solidariedade internacionais, especialmente com os países em desenvolvimento;

XI – promoção da diversidade cultural como meio de perseguir o desenvolvimento sustentável;

XII – promoção da diversidade racial e de gênero;

XIII – estímulo à produção audiovisual que utilize em sua produção artistas e técnicos pertencentes a Grupos Incentivados;

XIV – promoção da diversidade e pluralidade de gêneros audiovisuais, de modo a contemplar os mais diversos gêneros de produção audiovisual, como drama, comédia, ação, infantil, ficção e documentários.

Parágrafo único. Adicionam-se aos princípios previstos nos incisos deste artigo aqueles estabelecidos na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO E DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CATÁLOGOS

Art. 5º É vedada a realização de subsídios cruzados, preços discriminatórios ou práticas comerciais, gerenciais ou contábeis que contribuam para a consecução de lucros ou prejuízos artificialmente construídos que busquem dissimular os reais resultados econômicos ou financeiros obtidos, em quaisquer das atividades do Segmento de Vídeo sob Demanda de que trata o art. 5º, ainda que esses resultados venham a ser compensados por lucros em outras atividades quaisquer, mesmo que exercidas pela mesma empresa.

Parágrafo único. A empresa que simultaneamente preste Serviço de Vídeo sob Demanda e outros serviços, inclusive serviços de telecomunicações, serviços de radiodifusão, serviços de comércio eletrônico ou outros serviços que utilizem a internet como suporte para a sua prestação, isoladamente ou por meio de suas controladas, controladoras ou coligadas,



poderá realizar a separação funcional e contábil entre o Serviço de Vídeo sob Demanda e os demais.

Art. 6º A atividade de Disponibilização de Catálogo será objeto de regulação e fiscalização pelo órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica.

§ 1º O Provedor de Vídeo sob Demanda que exercer atividade no exterior voltada para o público brasileiro deverá manter, permanentemente, representante legal no País, com poderes para receber, entre outros, citações, intimações ou notificações, em quaisquer ações judiciais e procedimentos administrativos e fiscais, bem como responder perante órgãos e autoridades governamentais, do Poder Judiciário e do Ministério Público, e assumir, em nome da empresa estrangeira, suas responsabilidades perante os órgãos e entidades da administração pública, inclusive o órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará a obrigação de oferta de recursos específicos para acesso das pessoas com deficiência aos conteúdos audiovisuais disponibilizados por meio do Serviço de Vídeo sob Demanda, bem como a apresentação da classificação dos conteúdos informando a natureza do conteúdo e as faixas etárias a que não se recomende.

§ 3º A prestação do Serviço de Vídeo sob Demanda, inclusive quando remunerado por publicidade, é condicionada a credenciamento do Provedor de Vídeo sob Demanda perante o órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica, que será realizado mediante procedimento simplificado.

§ 4º O órgão de que trata o *caput* deverá se pronunciar sobre a solicitação do credenciamento de que trata o § 3º no prazo de até 30 (trinta) dias e, em não havendo manifestação contrária do órgão nesse período, o credenciamento será considerado válido.

§ 5º Os Provedores de Vídeo sob Demanda credenciados pelo órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica deverão prestar as informações solicitadas pelo órgão para



efeito de fiscalização do cumprimento das obrigações de que trata esta Lei, cabendo ao órgão zelar pelo sigilo das informações consideradas confidenciais pela legislação e regulamentação e respeitados os sigilos comercial e industrial.

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO BRASILEIRO E INDEPENDENTE

Art. 7º O Provedor de Vídeo sob Demanda deverá manter no catálogo, de forma contínua, percentual mínimo de horas de Conteúdos Brasileiros, calculado sobre a totalidade de horas de conteúdos audiovisuais que componham o catálogo e que constituam espaço qualificado.

§ 1º Do percentual de que trata o caput, pelo menos metade deverá ser composto por Conteúdos Brasileiros Independentes.

§ 2º O percentual mínimo de que trata o caput será de 2% (dois por cento) a partir do primeiro ano de vigência desta Lei, e será acrescido de 2% (dois pontos percentuais) a cada ano, até o limite de 10% (dez por cento).

§ 3º Os conteúdos utilizados para efeito do cálculo dos percentuais de que trata este artigo deverão ter sido produzidos, em média, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, tomando como referência a data de aferição do cumprimento do disposto no artigo.

§ 4º Em caso de comprovada impossibilidade de cumprimento integral do disposto neste artigo, o interessado deverá submeter solicitação de dispensa ao órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica, que, caso reconheça a impossibilidade alegada, pronunciar-se-á sobre as condições e limites de cumprimento desse artigo.

Art. 8º Os mecanismos de disponibilização, oferta, busca e seleção de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo utilizados pelos Provedores de Vídeo sob Demanda deverão observar as seguintes condições:

I – oferecimento de disposição destacada aos conteúdos audiovisuais brasileiros, inclusive independentes, de modo a assegurar



proeminência desses em relação ao restante do catálogo, na forma do regulamento;

II – a disposição de que trata o inciso I será aplicada aos vários gêneros ou categorias de conteúdos adotados nos mecanismos de busca e de oferta no catálogo.

Parágrafo único. A proeminência dos conteúdos previstos neste artigo poderá ser assegurada, inclusive, por meio da veiculação de publicidade de obras audiovisuais brasileiras em quaisquer segmentos de mercado.

CAPÍTULO V

DO ESTÍMULO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Art. 9º O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido da tabela constante do Anexo desta Lei.

Art. 10. A Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 1º

.....

§ 5º Para os efeitos desta Medida Provisória, consideram-se as definições de “serviço de vídeo sob demanda”, “provedor de vídeo sob demanda”, “provedor de vídeo sob demanda pleno”, “catálogo”, “disponibilização de catálogo”, “conteúdo audiovisual”, “conteúdo brasileiro” e “conteúdo brasileiro independente” estabelecidas na lei que dispõe sobre os serviços de vídeo sob demanda.” (NR)

“Art. 7º

.....



XXIV – regular e fiscalizar o cumprimento dos princípios, das obrigações de disponibilização de catálogo e dos demais disciplinamentos estabelecidos pela lei que dispõe sobre os serviços de vídeo sob demanda.

.....” (NR)

“Art. 32

.....

Parágrafo único. A CONDECINE também incidirá sobre:

I - o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de importâncias relativas a rendimento decorrente da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação, a preço fixo; e

II – a prestação dos serviços de vídeo sob demanda, inclusive quando remunerados por meio de publicidade, ainda que ofertados gratuitamente aos usuários.” (NR)

“Art. 33

.....

IV – prestadores dos serviços de vídeo sob demanda, inclusive quando remunerados por meio de publicidade.

.....

§

3º

.....

III - a cada ano, para os serviços a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo.

.....” (NR)



“Art. 33-B. Para o caso previsto no inciso IV do *caput* do art. 33, a CONDECINE incide sobre a receita bruta anual da prestação no mercado brasileiro do serviço de vídeo sob demanda, inclusive receitas auferidas com publicidade, com base em alíquotas estabelecidas progressivamente, conforme tabela no Anexo I a esta Medida Provisória e observado disposto neste artigo.

§ 1º O montante da contribuição calculado na forma do disposto no caput será reduzido em 50% (cinquenta por cento) para os provedores de vídeo sob demanda plenos.

§ 2º Do valor da contribuição calculada conforme o disposto no caput e no § 1º, poderá ser deduzido, até o limite de 50% (cinquenta por cento) daquele valor, o montante correspondente à aplicação de recursos pelo contribuinte, no ano imediatamente anterior ao do recolhimento do tributo, na produção e na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos brasileiros, na formação e capacitação de mão de obra voltada para a cadeia produtiva do audiovisual no Brasil e na implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais no Brasil.

§ 3º Do valor correspondente à dedução de que trata o § 2º, pelo menos a metade deverá ser aplicada pelo contribuinte em investimentos realizados no Brasil, diretamente ou por meio de suas controladas, controladoras ou coligadas, na produção ou licenciamento de conteúdos brasileiros independentes.

§ 4º Na hipótese de descumprimento, pelo contribuinte, das exigências previstas nesta Lei para ter acesso à dedução de que trata o § 2º deste artigo, a concessão do benefício poderá ser suspensa, sem prejuízo do ressarcimento dos valores da contribuição não recolhidos, atualizados e acrescidos de multas pecuniárias aplicáveis



aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza.” (NR)

“Art. 35.

.....

III – o responsável pelo pagamento, crédito, emprego, remessa ou entrega das importâncias referidas **no inciso I** do parágrafo único do art. 32;

.....

VI – o representante legal e obrigatório do prestador do serviço de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 32.” (NR)

“Art. 36.

.....

V - na data do pagamento, crédito, emprego ou remessa das importâncias referidas **no inciso I** do parágrafo único do art. 32;

.....

VIII – até o dia 31 (trinta e um) de março do ano subsequente ao da apuração da receita referida no inciso II do parágrafo único do art. 32. ” (NR)

“Art. 38.

.....

I - Secretaria da Receita Federal, na hipótese **do inciso I** do parágrafo único do art. 32;

.....” (NR)



Art. 11. O art. 4º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 4º

.....

§ 5º As receitas de que trata o inciso IV do caput do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, deverão ser destinadas para as seguintes aplicações:

I – produção de conteúdos brasileiros independentes;

II - preservação e restauração de acervos e conteúdos audiovisuais brasileiros;

III - difusão audiovisual, inclusive para fins sociais e educativos, com vistas ao estímulo da universalização do acesso às obras audiovisuais brasileiras;

IV - formação e capacitação de mão de obra para a cadeia produtiva do audiovisual;

V - implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais no Brasil e de salas de exibição;

VI - proteção de direitos autorais de obras audiovisuais;

VII - fomento ao desenvolvimento das programadoras dos canais de que trata o § 4º do art. 17 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, dos provedores de vídeo sob demanda de pequeno porte e dos provedores de vídeo sob demanda independentes.

6º Na aplicação das receitas de que trata o inciso IV do caput do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, deverão ser observadas as seguintes condições:



I – no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser destinadas a produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos critérios e condições estabelecidos pela Agência Nacional do Cinema - Ancine, que deverão incluir, entre outros, o local da produção da obra audiovisual, a residência de artistas e técnicos envolvidos na produção e a contratação, na região, de serviços técnicos a ela vinculados, bem como a projetos de formação e capacitação de mão de obra voltada para a cadeia produtiva do audiovisual e de implantação, operação e manutenção de infraestruturas para a produção de conteúdos audiovisuais nessas regiões.

II - no mínimo, 10% (dez por cento) deverão ser destinadas à produção de conteúdos audiovisuais produzidos por produtoras vocacionadas e cujas equipes criativas sejam majoritariamente formadas por pessoas pertencentes a grupos incentivados;

§ 7º Para efeito do disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo, consideram-se as definições de “produtora brasileira”, “produtora vocacionada”, “grupos incentivados”, “provedor de vídeo sob demanda de pequeno porte”, “provedor de vídeo sob demanda independente” e “conteúdo brasileiro independente” estabelecidas na lei que dispõe sobre os serviços de vídeo sob demanda.” (NR)

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 12. O Provedor de Vídeo sob Demanda que descumprir quaisquer das obrigações dispostas nesta Lei sujeitar-se-á às seguintes sanções aplicáveis pelo órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica, sem prejuízo de outras previstas em lei, inclusive as de natureza civil e penal:



I - advertência;

II - multa, inclusive diária;

III - suspensão temporária do credenciamento;

IV - cancelamento do credenciamento.

§ 1º Na aplicação de sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência específica, entendida como a repetição de falta de igual natureza após decisão administrativa anterior.

§ 2º Nas infrações praticadas por pessoa jurídica, também serão punidos com a sanção de multa seus administradores ou controladores, quando tiverem agido de má-fé.

§ 3º A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção, não devendo ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nem superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para cada infração cometida.

§ 4º Na aplicação de multa, serão considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

§ 5º A suspensão temporária do credenciamento, que não será superior a 30 (trinta) dias, será imposta em caso de infração grave cujas circunstâncias não justifiquem o cancelamento do credenciamento.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Os Provedores de Vídeo sob Demanda, inclusive os Remunerados por Publicidade, deverão solicitar credenciamento ao órgão responsável pela regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da regulamentação desta lei.



Art. 14. As disposições desta Lei que vinculem receitas a aplicações específicas terão vigência de 5 (cinco) anos.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. A tabela constante do Anexo desta Lei, as alterações nos arts. 32, 33, 33-B, 35, 36 e 38 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, previstos nos arts. 8º e 9º desta Lei, e as alterações no art. 4º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, previstas no art. 10 desta Lei, produzem efeitos no ano subsequente ao de publicação desta Lei e não antes de decorridos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei.



ANEXO

(Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)

“ANEXO I

.....

Art. 33, inciso IV do *caput* e Art. 33-B:

Tabela Progressiva Anual

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir (R\$)
Até 4.800.000,00	-	-
De 4.800.000,01 até 78.000.000,00	1	48.000,00
De 78.000.000,01 até 300.000.000,00	3	1.608.000,00
Igual ou superior a R\$ 300.000.000,01	6	10.608.000,00

.....”

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator

